

A GUERRA FRIA: BREVES NOTAS PARA UM DEBATE¹

THE COLD WAR: BRIEF NOTES FOR A DEBATE

Ricardo Ribera²

RESUMO: Este artigo pretende examinar a Guerra Fria sob três perspectivas: a da visão tradicional, ou seja, a que se situa na perspectiva daquele período, tratando de reconstruir os acontecimentos e o modo como foram vividos e percebidos; a do passado no sentido forte, do passado tratado como passado, analisado a partir do nosso presente; e, finalmente, a da negação da negação, ao mesmo tempo em que é sua superação enquanto recuperação e conservação das duas perspectivas anteriores, no sentido de síntese dialética delas.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria. Imperialismo. Ideologia. Socialismo real. Corrida armamentista.

ABSTRACT: The aim of this paper is to review the Cold War considering three perspectives: the traditional view, that is, the one on the perspective of that period, aiming at rebuilding the facts and the way they were seen and realized; the past view, in the *strict* point of view, the past really treated as past, reviewed from the present point of view, and, at the end, from the denial of denial, at the same time surpassing and recovering and preserving both the last two perspectives, as a dialectical synthesis of them.

KEYWORDS: Cold War. Imperialism. Ideology. Real socialism. Arms race.

INTRODUÇÃO

O problema da Guerra Fria foi tema de debate durante a segunda metade do século XX; já não é mais porque é consenso de que não existe mais. Esta opinião é unânime. Sem embargo, o tema dá lugar a muitas questões para as quais não há resposta, ou que nem sequer foram formuladas ainda. Agora, que perdeu quase completamente o interesse de políticos e jornalistas, é hora de o historiador retomar essa temática, justamente porque já não vivemos em tempos de Guerra Fria, porque já saímos dela e, partindo-se de seu desfecho, se pode ter um olhar de conjunto sobre aquela época que nos ofereça uma nova e mais completa compreensão do processo.

Vamos abordar a Guerra Fria sob três perspectivas. Em primeiro lugar, valendo-nos da visão tradicional, ou seja, a que se situa na perspectiva daquele período, tratando de

¹ Tradução do espanhol de Marisa de Oliveira, Mestre em História Social – USP.

² Professor de História Contemporânea da Universidade de El Salvador.

reconstruir os acontecimentos e o modo como foram vividos e percebidos. É uma perspectiva do passado no sentido fraco, ou seja, que se refere a ele quando era presente. O que se pensava da Guerra Fria enquanto estava em curso há de ser para nós -- situados no século XXI, ou seja, no futuro do ponto de vista daquela época -- simplesmente outro dado histórico a ser levado em conta. Embora seja imprescindível o esforço de relativizar, por sabermos em nosso presente em que culminou a Guerra Fria, é possível hoje notar aspectos que eram opacos, às vezes invisíveis, quando o processo ainda não se havia encerrado.

A segunda perspectiva é a do passado no sentido forte, do passado tratado como passado, analisado a partir do nosso presente. Podemos pretender captar a “lógica” do fenômeno histórico e de seu respectivo processo, descobrir nele o que estava oculto. Também podemos reexaminar a cronologia normalmente aceita, tanto no que se refere ao início ou largada da guerra fria, como no que se refere à sua culminação ou ao seu final. O desconhecimento da história “que está se fazendo” é um traço habitual, essencial até, do acontecer histórico. Daí a necessidade de o historiador assumir essa segunda perspectiva, cuja profundidade é maior que a da primeira e que ademais constitui sua negação dialética.

A terceira perspectiva é da negação da negação, ao mesmo tempo que é sua superação enquanto recuperação e conservação das duas perspectivas anteriores, no sentido de síntese dialética delas. O historiador instala-se no presente, não em seu suposto caráter fixo, mas naquele presente que tende a se dissolver e resolver-se no futuro para o qual aponta. Esta perspectiva revela um estilo de fazer história que corresponde ao que Hegel chamava história conceitual ou história reflexiva, única capaz de levar à compreensão que a práxis requer, ou seja, a busca por tornar conscientemente a história. Trata-se de se perguntar pelo conceito, neste caso pelo conceito de “Guerra Fria”, e questionar-se sobre em que, de fato, consistia. Tudo o que pode nos levar de volta ao ponto de partida: com relação à unanimidade em considerá-la já terminada, sobre que bases reais está fundada? A caracterização adequada desse passado permitir-nos-á caracterizar melhor nosso presente atual e captar as tendências em que se esboça, em matéria de conflitos, o próximo futuro.

A GUERRA FRIA A PARTIR DE SUA PRÓPRIA PERSPECTIVA³

Começou-se a falar em Guerra Fria nos anos 1946-1947, pouco depois de terminada a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, começou-se a falar em fim da Guerra Fria entre 1989 e 1991, no período que vai da “queda” do muro de Berlim e o subsequente esfacelamento político dos regimes da Europa do Leste, até o momento em que a União Soviética passou para o capitalismo e aderiu ao modelo ocidental de democracia, abandonando o socialismo – ou seja, o modelo soviético de socialismo –, e perdendo inclusive a condição de União de Repúblicas. O final da Guerra Fria foi interpretado como a derrota do “socialismo real”, ou, ainda, como o triunfo do “mundo livre” capitalista e a vitória dos Estados Unidos sobre o colosso soviético. Teria assinalado a superação do mundo bipolar, o fim das ideologias e a preponderância dos valores ocidentais de democracia e liberdade, direitos humanos e de livre mercado, de respeito à propriedade privada e ao Estado de Direito. Esses valores e a cosmovisão que compreendem tenderiam a se tornar

³ Nota de revisão: o autor optou por um texto de formulação livre, sem indicação das referências bibliográficas, à exceção da primeira página do sétimo item deste artigo, onde informa o nome do livro do autor Ronald Powaski, sem as demais informações de editora e ano de publicação.

verdadeiramente universais, uma vez superada a contestação ideológica e política que o sistema enfrentava desde o chamado campo de países socialistas ou “socialismo real”.

Outras ameaças e desafios na situação internacional atual seriam próprios de um tempo de pós-guerra, neste caso “pós-guerra fria”, cujos analistas oscilavam entre uma visão otimista, pautada na crença numa relativa paz perpétua (Francis Fukuyama e sua tese do fim da história) e a previsão de novas ameaças (Samuel Huntington com o seu postulado do “choque de civilizações”). O tempo transcorrido mostra que a Guerra Fria nos colocou num mundo unipolar dominado pelos Estados Unidos, convertidos em hiperpotência; um mundo no qual novamente prevalecem a tensão e a incerteza por trás da estratégia imperial de “guerra ao terrorismo”.

Continuamente tensos também haviam sido os quarenta e tantos anos de Guerra Fria, em modos e intensidades diferenciados no tempo. Nesse período, considerado como processo, podem distinguir-se quatro etapas consecutivas. A primeira é a da “contenção”. A seguinte, a da “distensão”. Na sequência vem a etapa da “coexistência pacífica” e, por último, os tempos da *perestroika* ou da “cooperação entre sistemas”. A evolução do processo de guerra fria em seu conjunto mostra um movimento histórico que, partindo da tensão máxima e do risco real de guerra nuclear, tende a se suavizar progressivamente até culminar numa etapa em que as aproximações, o diálogo e a cooperação pontual dissolvem as tensões e deságuam numa relação entre as superpotências cujos termos afastam o perigo do enfrentamento. Vamos examinar, rápida e pontualmente, cada uma dessas quatro etapas da Guerra Fria.

A ETAPA DA CONTENÇÃO

Sua largada se dá um par de anos depois de concluída a Segunda Guerra Mundial. Apesar de se terem aliado no enfrentamento à Alemanha nazista e no acordo para uma nova ordem mundial, alcançado em consecutivas conferências presidenciais em Teerã, Moscou, Potsdam e Yalta as potências vencedoras guardavam uma profunda desconfiança mútua. George Kennan, embaixador dos Estados Unidos em Moscou, enviou em 1946 um longuíssimo telegrama a seu governo, em que propunha adotar uma política de “contenção” a fim de frear a “expansão” que, segundo seu parecer, constituía a estratégia de Stálin. Por sua vez, o primeiro ministro britânico Winston Churchill qualificava de “cortina de ferro” a divisão que deixava “sob jugo soviético” a parte da Europa oriental (Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia e Alemanha Oriental) liberada dos nazistas pelo Exército Vermelho. Um ano depois, o presidente estadunidense Harry Truman convertia a contenção em política oficial, em resposta ao suposto expansionismo soviético. O jornalista norte-americano Walter Lippmann publicava um livro cujo título era *A Guerra Fria*, criando assim a expressão com que por mais de quarenta anos se designaria a nova situação de tensão mundial.

O primeiro atrito resultou da partilha da Alemanha ocupada em quatro zonas, cada uma administrada respectivamente pelos exércitos norte-americano, britânico, francês e soviético. Berlim, a capital, foi igualmente dividida em quatro setores. Logo as três potências ocidentais começaram unilateralmente a tomar iniciativas no sentido de unificar suas zonas de ocupação e preparar a devolução da soberania ao povo alemão, segundo um esquema de democracia liberal e de livre mercado. Era algo não previsto nos pactos dos aliados para o pós-guerra e que excluía a zona sob controle russo. Ao surgimento de uma nova moeda, o marco

alemão, de circulação comum nas três zonas ocidentais, os russos responderam impulsionando outra moeda para o setor oriental. Após a realização de eleições na parte ocidental, que culminaram na criação da República Federal da Alemanha, RFA, em maio de 1949, os russos contestaram proclamando, em outubro do mesmo ano, a República Democrática Alemã, RDA.

Antes haviam tentado impedir a consolidação de uma Berlim Ocidental separada definitivamente de Berlim Oriental, mediante um bloqueio terrestre ao abastecimento de víveres e matérias-primas enviados da RFA e vitais para a subsistência da cidade situada em território da RDA. De junho de 1948 a maio de 1949 os Estados Unidos manteriam uma ponte aérea sem precedentes, que transportava diariamente mais de setecentas toneladas de provisões a fim de impedir que a RDA absorvesse Berlim inteira. Finalmente foi negociado o acesso ferroviário e rodoviário a Berlim Ocidental. Numa parte da cidade funcionava o socialismo, na outra, o capitalismo. Na parte ocidental da urbe havia sociedade de consumo e altos salários, enquanto na outra havia preços baixos subvencionados pelo Estado e serviços, como saúde e educação, gratuitos. Uma pessoa podia trabalhar do lado ocidental com um alto salário e residir no oriental pagando um aluguel irrisório por sua casa. Era insustentável. Novos atritos em 1961 levariam as autoridades do Leste a levantar um muro de separação, que se constituiria no máximo símbolo da Guerra Fria e da divisão mundial em dois blocos.

As rivalidades em solo alemão logo se estenderam ao resto da Europa. Os países do Leste europeu e a URSS conformaram, em janeiro de 1949, uma Comunidade Econômica, ou Comecon, mais tarde chamada de Came. Tratava-se de uma resposta ao Plano Marshall dos Estados Unidos, que doou quinze bilhões de dólares em ajuda para a reconstrução dos países europeus devastados pela guerra; ajuda que a União Soviética rechaçou qualificando-a de instrumento da hegemonia estadunidense. Em abril do mesmo ano os Estados Unidos promoviam, com países da Europa ocidental, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, Otan, (Nato em inglês), aliança militar contra o expansionismo soviético. A resposta foi outro bloco militar em torno a Moscou, conhecido como Pacto de Varsóvia. Nesse mesmo ano a URSS fabricava sua bomba atômica, rompendo o monopólio da arma nuclear mantido pelos Estados Unidos desde 1945. Por outro lado, o triunfo da revolução chinesa, em outubro de 1949, dava uma dimensão verdadeiramente mundial ao bloco socialista, com o que se estendia o palco da guerra fria a todo o planeta.

Colocando-se na defensiva, os Estados Unidos avivaram sua ideologia anticomunista. O senador MacCarthy lançava uma cruzada para a erradicação de comunistas no país. O macartismo empreendia o que se conheceria como “caça às bruxas”, especialmente contra intelectuais, jornalistas, escritores, cineastas e artistas em geral, marcando uma época de paroxismo ideológico. Nem mesmo os muito famosos ou muito talentosos, como Charles Chaplin, escaparam de ser vítimas da histeria política própria dessa etapa da guerra fria. A caça a espíões ou a simpatizantes da União Soviética estendia-se à Europa, onde partidos comunistas legais foram expulsos das coalizões de governo em países como França e Itália.

Situação mais grave, não obstante, acometeu o continente asiático. Ante o avanço dos comunistas coreanos, os Estados Unidos, autoproclamando-se “defensor do mundo livre”, decidiu intervir. O desembarque de suas tropas no sul da península coreana logrou num primeiro momento o alçamento do exército popular. Mas os comunistas, aprovisionados pela União

Soviética e contando com o reforço de centenas de milhares de voluntários chineses, lançaram depois um forte contra-ataque. Desesperado por não poder alcançar a vitória, o general MacArthur, à frente das operações, solicitou reiteradamente autorização para utilizar a bomba atômica e se opôs publicamente ao cessar-fogo negociado pelo presidente Truman. Este ponderava que se em qualquer conflito no Terceiro Mundo fosse utilizada a arma nuclear, a guerra fria inevitavelmente conduziria a um confronto fatal com a outra superpotência. Mac Arthur foi afastado do comando e os Estados Unidos encetaram conversações com a China e a URSS buscando uma solução de compromisso na Coreia, a qual deu resultado em 1953. Ao final adotou-se o modelo alemão: a península acabou dividida em duas partes, com o paralelo 38 como fronteira, ficando o Norte comunista e o Sul, sob tutela norte-americana, como parte do “mundo livre”. Nesses anos, entre 1950 e 1951, estiveram perto de desencadear a terceira guerra mundial.

A ETAPA DA DISTENSÃO

O final da guerra da Coreia coincidiu com a morte do máximo líder soviético, Josef Stálin. De pronto uma *troika*, ou coletivo de três dirigentes, assumiu a máxima condução, mas logo um deles, Nikita Krushev logrou ser investido na máxima autoridade da URSS e do Partido. Até a celebração do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, PCUS, em 1956, não se soube qual ia ser a nova orientação. Krushev apresentou um Informe ao XX Congresso no qual se criticava o “culto à personalidade” promovido por Stalin, e tratou dos “erros” cometidos pelo falecido dirigente durante as mais de três décadas em que governou com mão de ferro. Depois se viria saber que Krushev, em informe secreto ao Politburo, havia sido muito mais duro em sua crítica, denunciando “os crimes de Stalin”. A URSS estava oficialmente entrando num período de “desestalinização”, que incluía a reabilitação da memória de vários dirigentes expulsos e executados pelo stalinismo. No que concernia à política internacional, Krushev anunciou o “degelo” e uma nova política de “distensão” (também conhecida como *detente*) ou de redução das tensões. Fundamentava-se na tese de que a guerra não era inevitável e era possível que os dois sistemas, capitalismo e socialismo, pudessem coexistir pacificamente. Não bastasse gerar uma furiosa reação contrária da parte de Mao e do alto comando chinês da época, essa suavização da postura soviética não havia logrado ganhar credibilidade no Ocidente.

A diplomacia soviética na ONU seguia sendo dura e inflexível. Usava e abusava do poder de veto que lhe outorgava a condição de membro permanente do Conselho de Segurança. Por outro lado, os acontecimentos mundiais continuavam dando aos Estados Unidos e seus aliados motivos para se alarmar. Em 1954 França havia sido derrotada sem paliativos pela guerrilha vietnamita na longa batalha de Dien Bien Phu e retirava-se da Indochina, deixando o Vietnã dividido em dois após a negociação em Genebra. Os acordos previam um processo de reunificação do país após a celebração de eleições, que provavelmente dariam o poder aos comunistas de Ho Chi Minh que haviam dirigido a guerra de libertação a partir do Norte do país. Os Estados Unidos manobriariam para impedir que os acontecimentos seguissem esse rumo, apoiando um golpe de estado no Sul que malograva todo o processo negociado em Genebra e provocava uma confirmação da situação bélica. A guerra do Vietnã, com os Estados Unidos no papel de substituto da potência colonial francesa, viria a atrair toda a atenção mundial durante outras duas décadas. Por outro lado, na Hungria um levante operário que reclamava a independência e a democratização de seu país era derrotado. Os tanques do

Pacto de Varsóvia entraram na Hungria em 1956 sem levantar mais que tímidos protestos no Ocidente, que, por sua vez, decidiu não intervir. Prevalencia o respeito às “áreas de influência” de cada superpotência. O triunfo da revolução cubana em 1959, que logo se radicalizou em suas posições antiimperialistas, dava um novo curso aos acontecimentos.

A escalada de pressões estadunidenses para reduzir os alcances da revolução cubana levou-a a buscar o apoio da potência soviética, após iniciar a reforma agrária, nacionalizar as propriedades norte-americanas e proclamar o socialismo na ilha. O presidente Eisenhower, republicano, iniciou preparativos para realizar uma invasão. Mas o candidato republicano, Richard Nixon, surpreendentemente perdeu a eleição de 1960 para o democrata John Fitzgerald Kennedy. Os planos secretos de seu antecessor estavam bem adiantados e havia pressões do Pentágono para que fossem levados a cabo. Kennedy decidiu-se por uma opção intermediária: a invasão se realizaria, mas sem a participação direta do exército norte-americano. Devia parecer uma iniciativa dos próprios cubanos, aos quais a CIA daria apoio logístico e treinamento. O desembarque em Baía dos Porcos foi um desastre. Os invasores foram rapidamente localizados, cercados e forçados a se render, sem ter conseguido o apoio da população nem penetrar no interior do país. Em 1961 a Cuba de Fidel resistiu à agressão e passou a denunciar ao mundo a participação de Washington. A prudência de Kennedy não serviu para esconder o envolvimento dos Estados Unidos, o qual era mais do que evidente.

O incidente foi habilmente aproveitado por Krushev. Este convenceu os líderes cubanos da conveniência de alojar armamento atômico soviético na ilha, como elemento dissuasório que evitaria novas agressões imperialistas contra Cuba. O que realmente buscava era responder à instalação, levada a cabo pela Otan, de mísseis nucleares na Turquia, pondo os Estados Unidos numa situação similar: Cuba, estando a 90 milhas da Flórida, era praticamente um país fronteiro. Em poucos minutos as bombas atômicas poderiam cair sobre cidades norte-americanas, sem que houvesse tempo de serem interceptadas, do mesmo modo que os mísseis estadunidenses instalados na Turquia e apontados para cidades da União Soviética. Krushev esperava surpreender seu rival com uma situação de fato.

Aviões de espionagem estadunidenses descobrem as instalações onde estavam sendo montados os mísseis pelo pessoal soviético. Kennedy se viu confrontando os falcões do Pentágono que exigiam a invasão imediata de Cuba ou ao menos o bombardeio das instalações. Mas isso significaria ocasionar baixas soviéticas, o que provocaria represálias de Krushev e provavelmente a guerra mundial. O presidente norte-americano decidiu-se por uma alternativa intermediária: naquela noite denunciou pela televisão a instalação de armas russas em Cuba, anunciou o início de um bloqueio naval à ilha para impedir a chegada de mais artefatos militares e exigiu da URSS o desmonte e a retirada imediata dos mísseis. Por vários dias o mundo acompanhou, angustiada, o desenrolar dos acontecimentos. Barcos soviéticos transportando outras ogivas nucleares seguiam seu curso e se aproximavam do cordão naval montado pelo adversário, que havia ameaçado afundá-los se tentassem passar. Parecia iminente a deflagração da terceira guerra mundial.

Após vários dias de tensão, veio finalmente a esperada notícia: os navios russos deram a meia-volta. O incidente estava superado. Os dois máximos líderes, Kennedy e Krushev, se haviam posto em contato para desfazer a crise. Os russos aceitavam retirar os mísseis de Cuba,

em troca da promessa de Kennedy de que nem ele, nem qualquer outro presidente norte-americano do futuro, atacariam a ilha. A palavra do presidente estadunidense parecia a Fidel Castro insuficiente, e este reagiu furiosamente à concessão feita por Krushev, que não o havia levado em conta na negociação entre as duas superpotências. Mas nada podia fazer. Dependia de seu apoio e se via obrigado a manter boas relações com a URSS. Já Nikita Krushev havia chegado aonde queria: o compromisso norte-americano de retirar, discretamente, uns meses mais tarde, seus mísseis da Turquia. Kennedy dependia do voto de seus eleitores e necessitava aparecer ante a opinião pública como o vencedor na queda-de-braço com o líder soviético. Mas, na realidade, tratava-se de uma negociação na qual ambas as partes alcançaram seus objetivos.

A resolução da crise gerou uma consequência positiva: o consenso na conveniência de mostrar ao mundo que o perigo de uma guerra nuclear havia se afastado definitivamente. Ambas as partes decidiram de comum acordo fazer um gesto, que foi muito divulgado: a instalação de um “telefone vermelho”, que comunicaria diretamente a Casa Branca com o Kremlin e poderia ser usado em caso de uma emergência. Permitiria pôr em contato os dois líderes máximos a fim de prevenir e desativar qualquer crise futura. Devia-se evitar que a guerra se desatasse por um mal-entendido, por um acidente ou pela insubordinação de algum funcionário de posição inferior. De tal modo se pode dizer que, paradoxalmente, “a crise dos mísseis”, apesar de ter levado o mundo à beira da terceira guerra mundial, serviu ao mesmo tempo para tornar crível e efetiva a distensão. Não sem que seus máximos protagonistas pagassem o preço: Krushev seria retirado do cargo um ano depois; já Kennedy seria assassinado em 1964.

A etapa da distensão desnudava a essência da guerra fria: tratava-se de uma confrontação política e ideológica, que ameaçava sempre saltar ao choque militar. Os especialistas a chamaram de estratégia de dissuasão e também de “equilíbrio do terror”. Sua lógica era dissuadir o outro de atacar, pois este seria também destruído pela resposta de seu inimigo. Tratava-se da “destruição mútua assegurada”, também conhecida por suas siglas em inglês: MAD. Nesse idioma, a palavra significa também “louco”, como advertiam seus críticos, pois realmente parecia insensato que a disposição de impedir o holocausto nuclear e de assegurar que a humanidade seguisse existindo se assentasse sobre bases tão frágeis. A corrida armamentista parecia, assim, irrefreável, bem como era irrefreável a voracidade do consórcio militar-industrial dedicado a produzir novos sistemas de armas.

A ETAPA DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Leonid Breznev substituiu Krushev e inaugurou uma forte liderança que perduraria por duas décadas, até a sua morte. Manteve a desestalinização, como provou o fato de que Nikita Krushev, caído em desgraça, apesar de ter perdido o cargo pôde conservar a vida. Foi-lhe permitida uma aposentadoria tranquila, a qual dedicou a escrever suas memórias. No plano internacional o regime levou a lógica da distensão um passo além, desenvolvendo a doutrina da coexistência pacífica: a guerra podia ser evitada e era possível que coexistissem ambos os sistemas e até fizessem negócios juntos. Breznev proclamou que a história demonstraria a superioridade do socialismo. Portanto, a paz constituía a política do socialismo. Os países do campo socialista podiam dedicar-se a seu próprio desenvolvimento e deixar que as contradições internas do capitalismo fizessem seu trabalho.

Era uma maneira hábil de defender, ante os camaradas, a evidente suavização da política exterior soviética. A doutrina da coexistência pacífica favorecia os intercâmbios comerciais com o mundo ocidental, dos quais tanto necessitava a economia soviética, sem que isso devesse ser criticado como traição aos princípios. Serviam para fortalecer o socialismo, era correto impulsioná-los, pois de enterrar o capitalismo já se encarregaria a própria história. De tal modo o discurso triunfalista justificava a moderação da nova estratégia. Era interesse da URSS estabilizar a situação internacional, frear o exorbitante gasto da corrida armamentista e afastar definitivamente o fantasma da guerra. Mais que na promoção de outras revoluções socialistas, a prioridade soviética inclinava-se ao respaldo dos movimentos pacifistas nos países capitalistas desenvolvidos, alentando os protestos contra a guerra do Vietnã. Os movimentos de liberação na Ásia, África e América Latina recebiam o apoio soviético **só** se enfrentavam o “imperialismo ianque” e não confrontavam nenhum governo amigo, de modo que o palco da guerra fria se transferia cada vez mais aos países da periferia. O mundo da época assemelhava-se a um imenso tabuleiro de xadrez, onde, como numa partida desse jogo, cada jogador protege o seu próprio rei e as peças maiores, enquanto os peões e outras peças de menor valor são sacrificadas nas aras do avanço da estratégia global.

O ano de 1973 trouxe grandes novidades nessa partida mundial. Estados Unidos, após uma difícil negociação, retirava-se do Vietnã deixando seus aliados anticomunistas sem grandes perspectivas. A capital do Sul, Saigon, cairia em mãos comunistas dois anos mais tarde. A superpotência estadunidense saía derrotada do Vietnã e os fatos pareciam dar razão a Mao: “o imperialismo não passa de um tigre de papel”. Se tivesse resolução e heroísmo suficientes, qualquer povo havia de ser capaz de vencê-lo. Via-se o auge das guerrilhas. Já na sociedade norte-americana, a impopularidade da guerra reduzia as possibilidades de o governo envolver-se em outro conflito militar. Era a “síndrome do Vietnã”.

Neste ano deu-se também uma nova guerra árabe-israelense, a “guerra do Yom Kippur”, na qual a superior tecnologia militar de Israel lhe permitiu um triunfo fulgurante. Mas podia converter-se numa vitória de Pirro. A humilhação militar sofrida por Síria e Egito provocou a reação do mundo árabe, decidido a vingar a afronta. Para castigar os aliados de Israel, resolveu usar um novo tipo de arma: o petróleo. Tendo em seu poder as maiores reservas de petróleo cru do mundo, Arábia Saudita e outros países árabes criaram a Organização de Países Produtores de Petróleo, Opep. Poucos meses depois o preço internacional do petróleo já havia quadruplicado. Veio a recessão da economia mundial. A dependência energética era grande e não havia nessa época a política de armazenar grandes reservas para uma eventual crise. O mundo ocidental se via obrigado a pagar uma vultosa conta petroleira, que tornava inevitável a inflação.

A União Soviética, por sua vez, contemplava com regozijo as dificuldades de seus adversários: produtora de óleo cru, se autoabastecia e era exportadora líquida de petróleo, razão porque a alta nos preços, em vez de prejudicá-la, a beneficiava. A “crise do petróleo” contribuiu muito para aumentar a presunção de Breznev e sua convicção na superioridade do sistema socialista, imune às crises do “mundo capitalista”, como algo que a vida mesma, e não só a teoria, estava demonstrando. Tratava-se tão-somente de uma ilusão, do efeito de uma conjuntura particular, mas há de se admitir que não devia ser fácil percebê-lo naquele momento. Em meados da década Breznev proclamava que a URSS já havia alcançado a meta

do socialismo e que se estava encaminhando à construção da sociedade comunista. A que se referia exatamente? É difícil precisá-lo. Mas na assertiva refletia-se, sem dúvida, o estado de ânimo triunfalista do regime soviético. Tendia a acreditar em sua própria propaganda, o que é sempre perigoso.

No final da década o regime soviético cometeria um erro fatal: envolver-se na guerra do Afeganistão. O governo marxista por ele apoiado era muito rechaçado por uma sociedade feudal e avessa à modernização. Líderes religiosos muçulmanos incitaram à rebelião, que contava com o apoio dos Estados Unidos. Afeganistão rapidamente se converteu no Vietnã da União Soviética. Após quase uma década de guerra, o regime soviético teve de se retirar. As perdas humanas e econômicas foram extraordinárias. Agravou os males estruturais da sociedade soviética: uma população desmoralizada e sem incentivos, estancamento econômico e atraso tecnológico, burocratização galopante e uma planificação quinquenal que carecia de instrumentos de contabilidade efetivos. As autoridades desconheciam a real situação da economia, mas o deterioro era evidente na vida cotidiana. Impunha-se uma reforma radical em todos os âmbitos. Não fazê-lo significava arriscar-se a sofrer um colapso.

A ETAPA DA COOPERAÇÃO ENTRE SISTEMAS: A PERESTROIKA

A morte de Breznev, em outubro de 1982, abriu a possibilidade de abordar o tema das imprescindíveis reformas. Seu sucessor, Yuri Andropov, assim pareceu entendê-lo e iniciou esforços no sentido de desacelerar a Guerra Fria. Proveniente da direção da KGB, o serviço secreto soviético, Andropov sabia bem que a Guerra Fria estava arruinando a economia soviética. A União Soviética era incapaz de acompanhar os Estados Unidos na corrida armamentista, especialmente naquele contexto, em que o presidente Reagan planejava incrementar o orçamento do Pentágono, de 171 bilhões em 1981 para 376 bilhões de dólares em 1986. O projeto militar norte-americano incluía o desenvolvimento do avião “invisível” B-1, os submarinos nucleares Trident, a instalação na Europa de foguetes Tomahawk e Pershing-2 de médio alcance, os sistemas de defesa antibalísticos BMD e as armas anti-satélite Asat. No mesmo ano da ascensão de Andropov, Reagan aprovava o projeto Iniciativa de Defesa Estratégica, com orçamento de 26 bilhões de dólares. O enorme déficit fiscal que supunha esse esforço armamentista e que duplicaria em poucos anos a dívida externa dos Estados Unidos não parecia preocupar a Ronald Reagan, convertido ao credo neoliberal e confiante de que o crescimento da economia absorveria sem sacrifícios todos os desequilíbrios.

Quem estava preocupado, e muito, era Andropov. Deu impulso às propostas de redução das armas estratégicas ou negociações Start, convertidas mais tarde em Salt, que propunham limitar o número de ogivas nucleares. Sua queda, em fevereiro do ano, seguinte frustrou esses avanços, e a eleição do burocrata Chernenko paralisava qualquer iniciativa: o continuísmo parecia impor-se na dura luta pelo poder desatada no Kremlin após a morte de Breznev. Mas também Chernenko faleceria pouco mais de um ano depois de sua promoção, e abriu-se passagem a certo consenso no frágil equilíbrio de poderes na cúpula soviética: era imprescindível uma renovação geracional, que resultasse em dinamismo e, sobretudo, em idéias frescas.

Assim, surpreendentemente ascendeu, à frente do partido e do Estado, um político desconhecido e jovem, -- ao menos, para os costumes soviéticos: tinha 54 anos – com fama de

honesto e competente: Mikhail Gorbachov. Havia escalado posições trabalhando sem chamar muito a atenção, à base de boa administração e sem se destacar como alguém com posturas críticas. Sem embargo, simpatizava com os reformistas, a maioria marginalizada ou caída em desgraça. Promoveu o retorno de Boris Yeltsin, que estava na embaixada soviética no Canadá e a quem havia conhecido em seu desterro diplomático. Juntos desenvolveriam os conceitos e a estratégia do “novo pensamento”. Este seria dado a conhecer num livro de autoria do próprio Gorbachov, traduzido para diversos idiomas: *Perestroika, uma proposta para meu país e o mundo*. A ambiciosa reforma precisava de toda uma filosofia que a sustentasse ideologicamente e que preparasse as condições para realizar “uma revolução na revolução”.

Apesar de a palavra russa *perestroika* ter o ambíguo significado de “reestruturação”, por seus conteúdos podia-se apreciar que se tratava de uma estratégia de reforma radical. O objetivo era superar o estancamento econômico e a crise moral, social e política da sociedade. Para isso a pedra de toque era democratizar o regime político. “Necessitamos da democracia como do ar que respiramos” – proclamava enfaticamente no documento – o que implicava recuperar a essência do socialismo, perdida desde a época stalinista. “Não queremos menos socialismo, ao contrário, a *perestroika* significa mais socialismo” – insistia Gorbachov, preocupado que seu discurso pela democracia fosse interpretado como abandono ideológico ou como evolução rumo ao capitalismo. Não se poderiam superar as tendências econômicas negativas sem despertar o fervor popular e, sobretudo, sem combater eficazmente a corrupção que minava todos os níveis a vida econômica soviética. Por isso, a segunda linha estratégica associava-se estreitamente com a *perestroika*: tratava-se da *glasnost*.

A política de *glasnost*, ou “transparência”, buscava estimular principalmente as denúncias da população contra os funcionários corruptos. Também prometia liberdade de expressão, para promover o debate de idéias, a formulação de propostas e a possibilidade de críticas. Lançada desde a cúpula do poder, a *glasnost* buscava a mobilização das massas. Tinha de ser o próprio povo soviético o que, fazendo sua a *perestroika*, a fizesse avançar e se impor. O obstáculo principal era a inércia, a incredulidade da gente e, naturalmente, a burocracia. Toda uma casta de privilegiados, a “nomenklatura”, desenvolvida durante a era Breznev, aferrada às estruturas do partido e do Estado, constituía o maior inimigo da *perestroika*.

Esse grupo tinha muito a perder se as mudanças propostas por Gorbachov chegassem a se concretizar, e justamente contra ele apontava a *perestroika*. A grande contradição era que tal política surgia da própria estrutura partidária, do poder, “de cima”, e não como algo surgido “de baixo”. O partido conclamava uma revolução que não podia dar-se enquanto não se voltasse contra o próprio partido.

Levantava esperanças entre a população, mas também muitas desconfianças. Alguns achavam que era uma armadilha, um engodo, e que mais adiante as represálias cairiam sobre aqueles que estivessem envolvidos. Outros acreditavam na sinceridade das intenções de Gorbachov, mas viam que a burocracia era muito poderosa e pensavam que o acabaria derrotando. Outro setor, o mais conservador, temia as mudanças e considerava que se tratava de um experimento perigoso, que podia acabar destruindo o socialismo. Outros ainda confiavam que isso de fato aconteceria e queriam democracia, mas como a ocidental. Somente uma pequena parcela do povo soviético se mobilizou e participou do movimento de renovação

proposto pela *perestroika*. Logo viu-se que esta gozava de muito mais crédito fora da União Soviética do que dentro do país.

Havia uma seção especial da *perestroika* dedicado às relações internacionais, daí incluir-se no título do livro de Gorbachov a expressão “para o mundo”. Este apontava Stalin como o grande culpado do início da Guerra Fria, de que se podia concluir que ao se superar o stalinismo e suas sequelas se podia razoavelmente aspirar também a sua superação. Pôr fim à Guerra Fria era o objetivo declarado da *perestroika* em sua dimensão internacional. Mas conseguir isso requeria ganhar credibilidade entre os do outro lado. Nesse ponto, o líder soviético tornou pública sua notável habilidade política, sua imagem de pessoa franca e sincera, assim como seu indubitável magnetismo pessoal. A opinião pública ocidental e seus dirigentes políticos ficavam fascinados pelo encanto e pela convicção de Gorbachov, um líder tão diferente de seus antecessores.

A chave da argumentação estava no conceito de “problemas globais” introduzido pelo “novo pensamento” de Moscou. A humanidade inteira enfrenta ameaças que põem em risco sua existência mesma. Do perigo de uma guerra atômica, que poderia até iniciar-se por um erro, da possibilidade de ocorrerem acidentes nucleares a problemas ecológicos que se não são enfrentados poderiam chegar a destruir as condições essenciais para a vida humana no planeta. Trata-se de questões que afetam tanto o capitalismo como o mundo socialista, problemas que extrapolam fronteiras e requerem ser enfrentados de maneira conjunta. Antes de se fazer a pergunta sobre se no futuro a humanidade viverá num sistema socialista ou capitalista, deve-se fazer outra: haverá futuro? Haverá humanidade? É questão prévia e fundamental. E é ante essa situação objetiva que se impõe pôr fim à Guerra Fria e que ambos os sistemas deixem a confrontação e assumam a cooperação. Só enfrentando conjuntamente os problemas globais a humanidade poderá ter esperança e futuro.

O discurso era sólido e racional. Refletia a nova vontade da União Soviética de pôr fim à guerra fria. E, o mais importante, acompanhava-se de iniciativas e de propostas práticas que demonstravam a seriedade de tal posição. Contribuiu também para lhe dar credibilidade que tenha coincido a difusão da *perestroika* com o fatal acidente de Chernobyl. Um dos reatores dessa planta nuclear, situada em território ucraniano, explodiu lançando à atmosfera milhares de toneladas de substâncias radioativas. Era um exemplo concreto de “problema global”: meia Europa ocidental era afetada pelo deslocamento da nuvem radioativa. Não cabia a velha atitude de se alegrar pelos problemas do “inimigo”; nessa conjuntura se impunha o justo oposto. As potências ocidentais cooperaram com as autoridades soviéticas enviando especialistas e tecnologia para enfrentar conjuntamente a emergência e sepultar num sarcófago de concreto o reator atômico fora de controle. Em abril de 1986, o maior acidente nuclear da história selou a credibilidade internacional da política de *perestroika*.

Depois disso, os avanços foram rápidos e espetaculares. Gorbachov era recebido de modo triunfal na Alemanha Federal, depois na Inglaterra e também nos Estados Unidos. Em novembro de 1985 havia tido um primeiro encontro com o presidente Reagan em Genebra. Em janeiro este recebera a surpreendente proposta soviética de eliminar todas as armas nucleares antes de 2000. Incluía uma primeira etapa de supressão de todos os lançadores de alcance médio, proposta muito sedutora para os aliados europeus. Reagan queria preservar sua tão cara

Iniciativa de Defesa Estratégica, conhecida popularmente como *Star Wars*, e em contrapartida propôs a idéia de que as duas potências a compartilhassem, mas Moscou não aceitou a proposta.

Numa nova reunião entre os dois mandatários, em outubro de 1986, em Reykiavik, Islândia, acordaram os passos a dar para acabar com a Guerra Fria. Os Estados Unidos se comprometiam a desmontar os 429 mísseis Pershing 2 e Tomahawk estacionados na Europa e a não instalar outros 430 já previstos. A União Soviética, por sua vez, retiraria 857 foguetes já instalados assim como outros 895 foguetes armazenados. O mais importante: os acordos incluíam verificações *in situ*, assegurando-se, portanto, transparência ao processo.

Em 1988, na ocasião da visita a Nova York de Gorbachov, que participaria na Assembléia Geral das Nações Unidas, ambos os mandatários se comprometiam a eliminar a ideologia nas relações internacionais e a promover conjuntamente os valores da liberdade e da democracia. Nesse mesmo ano Gorbachov havia anunciado a redução unilateral de suas forças armadas e a retirada de dez divisões soviéticas da Europa do Leste. Também adiantou sua disposição a uma resolução coordenada dos diversos conflitos no Terceiro Mundo, teatro privilegiado das confrontações da Guerra Fria. George Kennan, o impulsionador da contenção no início da mesma, declarava no senado norte-americano: “Já foi o tempo de ver na União Soviética um adversário militar.” Por sua vez o presidente Reagan também reconhecia as mudanças na URSS, mas o fazia matizando em tom de propaganda: “são o resultado da firmeza dos Estados Unidos”.

Apesar do talento propagandístico de Ronald Reagan, o protagonismo estava naquele contexto claramente do lado de Mikhail Gorbachov. Em janeiro de 1989 permitia a legalização de partidos não comunistas na Hungria, e em fevereiro retirava o exército soviético do Afeganistão. Em outubro admoestava as autoridades da RDA “por ter se isolado do povo” e propiciava a abertura do Muro de Berlim, que se produziria em 9 de novembro. Na maioria dos países da Europa do Leste se legalizavam partidos de oposição e se organizavam as primeiras eleições livres. Mas ninguém ainda suspeitava que tais regimes caminhavam para a desintegração e que o processo alcançaria também a própria União Soviética. Foi uma surpresa para todo o mundo. O próprio Reagan o reconhecia de maneira indireta depois dessas ocorrências: “Nos propúnhamos transformar uma nação (os Estados Unidos) e, em vez disso, transformamos o mundo.”

O FINAL DA GUERRA FRIA: INCONSISTÊNCIAS DA PERSPECTIVA TRADICIONAL

Um estudioso do tema, Ronald Powaski (autor de *La Guerra Fría. Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991*), conclui: “para todos os efeitos práticos, a guerra fria terminou durante a presidência de Ronald Reagan”. E, na sequência, se faz a pergunta: foi ele o artífice da “vitória” sobre a URSS? Powaski não a responde. A resposta há de ser negativa, por mais que a propaganda conservadora, de 1992 em diante, tenha insistido em apresentar o desmoroamento da União Soviética e dos regimes da Europa do Leste como um triunfo dos Estados Unidos, ou de seu presidente mesmo. São construções ideológicas concebidas *a posteriori* e que não pesam a surpresa inicial, a falta de planos ou estratégias a respeito, a situação de desconcerto até, em que tanto os estrategistas do Pentágono como os serviços de inteligência ocidentais se encontravam após o colapso do Estado soviético.

A essência do conceito de guerra, embora esta se defina como “fria”, é a confrontação. Após ser esta substituída pela cooperação, que é sua antítese, fica incontestavelmente superada

a guerra fria. Ou seja, desde 1985-1986. Não cabe outra leitura dos fatos que apresentamos anteriormente. Não foi só o discurso e a doutrina o que mudou com Gorbachov, deve-levar em conta ainda a credibilidade que a *perestroika* conquistou no mundo ocidental e a série de medidas concretas que os blocos adversários empreenderam. Não só parou-se a corrida armamentista, esta, ademais, começou a ser revertida com as medidas de desmantelamento e destruição de armas estratégicas. O mundo estava entrando, no final da década de oitenta, num processo de redução de armamentos que se encaminhava para a erradicação total das armas de destruição massiva, à medida que se faziam as primeiras experiências práticas de cooperação entre os antigos adversários. O clima internacional estava mudando e de fato a Guerra Fria havia ficado para trás, definitivamente. Mas faltou tempo, ao menos mais alguns anos. Repentinamente a União Soviética se desfez. Sem ingerência exterior. Foi uma espécie de implosão. Causada por fatores exclusivamente internos. O que ocorrerá?

Afirmar que “se contagiou” da revolução democrática e pró-ocidental de vários dos regimes da Europa do Leste seria ignorar as relações de dependência dos mesmos em relação a Moscou e o fato de certamente Gorbachov haver previsto que assim se desenrolariam os acontecimentos. Para ele, a prioridade era estreitar laços com a Europa ocidental desenvolvida, à qual havia seduzido com sua proposta de 6 de julho de 1989 de construir juntos “a casa comum” européia. O preço a pagar era, logicamente, permitir a autonomia dos países do Leste, sob pena mesmo de perder o controle sobre eles, e conseguir sua aceitação como sócio privilegiado da Europa ocidental. A *perestroika* punha em perigo a hegemonia dos partidos comunistas na Europa oriental; a URSS deixaria de sustentá-los e deviam lutar por seu futuro. A mensagem era: organizem eleições e tentem ganhá-las. Era um objetivo impossível de ser alcançado no curto prazo.

O esfacelamento, um após o outro, dos governos comunistas do Leste europeu e a progressiva transformação deles em democracias ocidentais em condições capitalistas veio a acelerar o desenvolvimento das contradições dentro da União Soviética. O grande problema era que a *perestroika* não conseguia a adesão majoritária do povo soviético nem sua mobilização em favor das mudanças radicais que pretendia empreender. Gorbachov não exagerava ao afirmar que a *perestroika* supunha “uma revolução na revolução”, nem ao evocar Lenin em apoio a sua proposta revolucionária. Mas Gorbachov não era Lenin.

O que teria feito falta era o valor e a audácia de um Lenin para romper com as estruturas corruptas do partido, promover e encabeçar um amplo movimento revolucionário de massas que arrebatasse o poder à nova elite privilegiada e realizar efetivamente, e não só no papel, uma revolução. Mao Tse-tung tentara algo semelhante na China com a revolução cultural, embora numa direção oposta à democratização tentada com a *perestroika*. Apoiou-se nas massas para enfrentar seu próprio partido, organizou-as e as encabeçou, criando um gigantesco movimento revolucionário que lhe permitiria recuperar o poder partidário após varrer as tendências reformistas. A revolução escapou do controle do grande dirigente e fracassou em seus objetivos, e no fim ele teve de recorrer ao exército para impor a ordem e eliminar os guardas vermelhos que ele mesmo havia criado. Mas não há dúvida de que ele teve a audácia de desencadear uma autêntica “revolução dentro da revolução” e que no início teve êxito em tirar seus adversários do poder. Não há nada disso na experiência soviética de *perestroika* porque faltou aos seus dirigentes a audácia de brigar pelo poder contando com as

massas, revolucionando-as. Em vez disso, seus intentos partiram do próprio aparato de poder, o qual não era parte da solução, mas a fonte dos problemas.

No início a *perestroika* parecia ter polarizado a sociedade soviética em dois campos: a seu favor ou contra ela; a favor da democratização ou contra; a favor do socialismo burocrático e autoritário ou contra. Mas à medida que o tempo transcorria e o processo mostrava que tinha dificuldades em se consolidar segundo a estratégia traçada, o bloco da *perestroika* começava a apresentar fissuras. Enquanto a intenção de um setor era salvar o socialismo e fortalecê-lo, depurando-o e democratizando-o, o outro grupo pretendia alcançar a democracia desprendendo-se do socialismo, tomar a democracia ocidental como modelo a seguir, impulsionar um processo de transição ao capitalismo. Para ele não se tratava de corrigir os erros da etapa stalinista, mas de retificar a origem de todos os erros, o grande erro, qual seja, a própria Revolução de Outubro.

Ambas as posturas eram irreconciliáveis e logo mostraram a impossibilidade de assumirem compromissos entre si, refletida no crescente distanciamento e rivalidade entre Mikhail Gorbachov e Boris Yeltsin. As eleições para a Duma (o parlamento russo) deram a este último a presidência do poder legislativo. Gorbachov mantinha o poder executivo e, nominalmente, a direção do partido e do exército. Mas o partido estava dividido em várias correntes, e no exército, bem como nos órgãos policiais e de inteligência, predominavam os “conservadores”, ou seja, os que defendiam o velho modelo de socialismo. O processo tendia a se paralisar ante essa divisão em três polos. As alianças começaram a mudar. Se numa primeira fase atuavam como um só bloco os que eram a favor da democracia e contra o autoritarismo, numa segunda etapa se aproximaram mutuamente os que pretendiam salvar o socialismo, fosse qual fosse o modelo, para enfrentar os que buscavam uma evolução ao capitalismo.

O confuso golpe de estado de agosto de 1991 marcou o desenlace. Aparentemente os partidários do socialismo “duro” estavam derrubando Gorbachov, de férias longe da capital. Mas nem sequer se empenharam em capturá-lo. Enfrentaram-se mesmo com Yeltsin. Este conseguiu defender o edifício do parlamento com algumas forças leais e a mobilização da população. Desarmada, a multidão cercou aqueles que haviam cercado os deputados. Poderia ter ocorrido um banho de sangue, mas as tropas receberam ordem de retirar-se. Yeltsin saiu fortalecido da crise como o herói que salvou o país do golpe, ao passo que cresciam as suspeitas contra Gorbachov. Era acusado de ter preparado um autogolpe, para que os duros liquidassem a facção pró-ocidental e ele mais tarde recuperasse o poder, sem ter se sujado com a repressão. Parecia razoável. Em dezembro era forçado a renunciar. Yeltsin vencera: a URSS era enterrada junto com a *perestroika*.

A GUERRA FRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO HISTORIADOR

Do nosso presente, que é a verdadeira perspectiva do historiador, é de onde se pode analisar o passado no sentido forte, tomando conscientemente distância das interpretações que a época -- quando o passado era presente -- se dava sobre si mesma. Já apontamos a primeira retificação, a que fizemos a respeito do marco do fim da Guerra Fria, que deve ser adiantado; em vez de constar no período entre 1989-1991, deve situar entre 1985-1986. Comparando-se sua conclusão em sua última etapa, ao iniciar-se a *perestroika* e a cooperação entre os sistemas, com sua largada na etapa de contenção, quando o que predominava era a confrontação, pode ser

enunciada a tese: “a Guerra Fria negou-se a si mesma”. É a corroboração da natureza dialética do processo. Este mostra em sua evolução uma lógica que se corresponde com os postulados da dialética.

Não só isso. Ao examinar as sucessivas etapas do processo da Guerra Fria, pode-se observar o salto qualitativo que representa cada uma delas, num movimento que expressa em si mesmo a negatividade. Cada uma é negação da anterior. Cada uma gera seu oposto, razão porque a etapa seguinte aparece invariavelmente como a negação-superação da fase anterior. Assim, enquanto a primeira etapa de contenção concentrava-se em se preparar para a guerra, para ganhar a terceira guerra mundial, e os blocos se constituíam de tal modo em inimigos, por outro lado a distensão significa que se converteram em simples adversários, e então o esforço volta-se para evitar a guerra, prevenir situações que possam precipitar a terceira guerra mundial naquela circunstância indesejada.

De maneira similar, a coexistência pacífica aprofunda a lógica da distensão, mas ao mesmo tempo a supera e a nega, porque agora se persegue positivamente a paz entre os sistemas, e a anterior qualidade de adversários se reduz à de competidores, que podem em certos temas comportar-se como sócios. A *perestroika* vai superar esta lógica numa ruptura dialética que a leva mais além, negando-a: ante a gravidade dos problemas globais, impõe-se a atitude de se comportarem como aliados; deve-se pôr de lado as diferenças ideológicas e atuar coordenadamente para, de modo conjunto, salvar a humanidade. A Guerra Fria acaba dissolvida e superada, o que se dá em função de seu próprio processo, de sua própria lógica, que a levou a evoluir segundo uma tendência que a arrasta para sua própria negação dialética. Uma vez concluída, essa lógica pode ser descoberta.

Uma vez justificada a tese sobre o verdadeiro desfecho da Guerra Fria, que desmente a versão ideologizada que a época deu-se a si mesma, deve-se proceder ao exame de seu verdadeiro início. O ponto de partida é o conceito de Guerra Fria, tal como foi interpretada em seu momento, para mostrar a incoerência com as datas propostas. Com efeito, a definição de guerra fria que a época deu é de uma tripla confrontação: entre duas superpotências, entre dois sistemas econômico-sociais e entre duas ideologias. No primeiro caso, em se tratando da confrontação entre a União Soviética e os Estados Unidos, é lógico explorar o período que se inicia em 1917, ano do triunfo da Revolução Russa e início de sua consolidação, que chegaria supostamente até a constituir o país em superpotência. No caso de examinarmos a confrontação entre socialismo e capitalismo, temos de partir de 1917 da mesma forma; o mesmo para a luta ideológica entre um sistema político que privilegia a igualdade e a justiça social sobre a liberdade e a democracia; que se contrapõe aos valores e à ideologia do ocidente capitalista. A confrontação própria da Guerra Fria, na realidade, instalou-se na história em 1917, quase trinta anos antes da criação da expressão que a designa e se começar a falar dela.

Do ponto de vista teórico essa tese é bastante irrefutável, mas o é também quando se realiza a análise dos fatos históricos. A revolução russa, primeira revolução de massas inspirada no marxismo a triunfar na história, não só provocou uma onda de anticomunismo nas potências capitalistas, mas também motivou a invasão militar da Rússia ao término da Primeira Guerra Mundial. Essa guerra “quente” fracassou por várias razões, mas, sem embargo, não deve ser subestimada no momento de avaliar a história da confrontação entre capitalismo e socialismo

“real”. A opção de destruir, por meios militares, o Estado soviético teve de ser descartada ante o poder demonstrado pelo Exército Vermelho, que havia recentemente triunfado sobre o exército branco da reação, na Guerra Civil, e ante o baixo moral e o cansaço das tropas invasoras, que ansiavam regressar à casa. A agressão militar foi substituída então pelo bloqueio econômico total imposto pelo mundo capitalista ao regime bolchevista.

Ele lutava pela sobrevivência em condições muito difíceis. As medidas de emergência, que eram ditadas pela necessidade, deixariam, sem embargo, uma marca profunda na história do sistema soviético e no modo como ele começou a conceber o socialismo. Lênin, em plena Guerra Civil, ditou as medidas centralizadoras conhecidas como “comunismo de guerra”. As empresas foram confiscadas sem exceção e postas sob o controle do Estado. Tanto nelas como nas unidades militares, o partido nomeava “comissários do povo” com o fim de supervisionar o trabalho de gerentes, administradores, engenheiros, chefes e oficiais. Tampouco podia ter plena confiança nos camponeses, e por isso reprimiu duramente a estocagem e atividades de mercado negro. Superada a Guerra Civil, essa política de emergência foi abandonada, mas a centralização e o terror haviam mostrado sua eficácia e eram recursos disponíveis, o qual Stálin, mais tarde, retomaria extensamente. Nem desapareceu o sistema de espionagem e controle dos “comissários políticos”, nem foi abandonado o esquema de propriedade estatal, que nunca foi substituído pelas formas de propriedade social, as quais teriam constituído a coluna vertebral de um verdadeiro socialismo.

Lênin teve o mérito de conceber e impulsionar um modelo de economia mista, conhecido como NEP (Nova Política Econômica), que seria aplicado na década de 1929. Previa a combinação de empresas estatais com a pequena e média propriedade privada, assim como as cooperativas agrícolas convivendo com pequenos e médios proprietários de terras. Apresentou-a como uma via lenta e gradual de avanço ao socialismo, que levaria várias décadas, talvez várias gerações, enquanto a prioridade fosse alcançar o desenvolvimento econômico e superar o atraso em que estava mergulhado o país. É a época do lema, simplista, porém revelador, “socialismo é igual a soviets mais eletrificação.” Mas Lênin tinha claro o conceito e advertiu: “o que temos não é, e por muito tempo não será, socialismo; é só capitalismo de Estado”. A NEP incluía a promoção das inversões estrangeiras e dos intercâmbios comerciais, ou seja, a vinculação com a economia mundial. A posição de Lênin ante o bloqueio das potências capitalistas era a de manter essa política de abertura, confiando que a lógica econômica e a competição entre os capitalistas terminariam por obrigá-los a levantar o boicote econômico ditado por governos reacionários.

Morto Lênin, Stálin logo abandonou a NEP, numa viragem brutal como sua própria personalidade. Impôs a política de coletivização forçada no campo e acelerou o processo de industrialização. A prioridade era desenvolver a indústria pesada, chave para a produção de armamentos. A agricultura deveria fornecer os recursos econômicos e humanos para a indústria. Toda uma geração seria sacrificada, pois a obsessão de Stálin era alcançar os países de capitalismo desenvolvido num par de décadas. A revolução industrial, que na Inglaterra se fez em dois séculos, devia na Rússia ser realizada no prazo de, no máximo, vinte anos. Só assim, pensava Stalin, a URSS teria condições de se defender militarmente.

A única forma de alcançar essa meta era com repressão em grande escala, que logo derivou em genuíno terrorismo de Estado. Chamá-lo socialismo autoritário seria dissimular o

despotismo e o caráter criminoso do regime stalinista, responsável pela morte de não menos de seis milhões de pessoas. O próprio partido foi dizimado pelos expurgos; quase nenhum dos heróis da Revolução de Outubro sobreviveu ao stalinismo. Trotsky denunciava do exílio no México, antes de ele mesmo cair assassinado por ordem de Stálin, que o stalinismo era a contra-revolução. Uma ditadura pessoal havia substituído à “ditadura do proletariado” proposta na teoria de Marx. E todos os crimes eram cometidos em nome do socialismo. Stalin aliou-se com o nazismo no início da Segunda Guerra Mundial numa política errática e sem princípios, que era incompreensível. Hitler reorientou as coisas ao invadir a União Soviética, e o povo soviético -- apesar de Stálin, não graças a ele -- pôde resistir e emergir da contenda como vencedor do exército alemão. Mas não é um argumento para se pensar que a política de industrialização acelerada tenha sido acertada: a vitória do povo vietnamita sobre o exército estadunidense é a demonstração fática de que, mesmo sem ter capacidade de produzir armamento moderno, uma revolução pode se defender.

O que se pode concluir com este rápido esboço da história soviética de 1917 a 1945? Em primeiro lugar, que é claramente um exagero considerar a União Soviética uma “superpotência”, em condições de disputar a hegemonia mundial com os Estados Unidos. De fato, rompeu o monopólio nuclear do imperialismo em 1949, como logo fariam outras potências aliadas dos Estados Unidos e mais tarde a China. Mas isso não é suficiente para se aceitar a tese de um “mundo bipolar”, construída pelo imaginário da época da Guerra Fria. Em segundo, deve-se dar razão a Lênin quando a definia como “capitalismo de Estado”, o sistema que a Guerra Fria qualificaria de “socialismo real”. Não só por sua distância do socialismo exposto na teoria ou sua contraposição com o ideal democrático, mas por ausência de “propriedade social”, de gestão direta dos trabalhadores das unidades produtivas sob seu controle, de exercício efetivo do poder do Estado por parte da classe. Uma revolução que substitui a propriedade privada dos meios de produção pela propriedade estatal pode ter aspectos de revolução anticapitalista, mas isso não a autoriza a se definir como socialista. Da Guerra Fria, cujo exame aqui parte da definição que ela mesma nos propõe, só resta o âmbito de luta ideológica, único em que mantém efetividade. Foi uma fantasmagoria no mundo das ideologias, sem sustentação real no plano econômico ou político. A segunda perspectiva nega o que afirmava a primeira, é sua negação dialética.

A GUERRA FRIA DA PERSPECTIVA DA ATUALIDADE

A terceira perspectiva para se examinar o tema da Guerra Fria deve ser -- em coerência com o método dialético que adotamos -- o momento da negação da negação. Se a segunda perspectiva negava a primeira, mostrando sua falta de veracidade, agora a terceira nega a segunda por ser demasiado unilateral e insuficiente e, com isto, vem a recuperar o que de verdadeiro tinha, por sua vez, a primeira perspectiva. De tal modo, é a superação da própria contradição estabelecida entre ambas. Ou seja, embora se tenha apontado aqui o caráter eminentemente ideológico e, portanto, escasso de realidade do fenômeno da Guerra Fria, sem dúvida ela existiu de fato, historicamente, e a refutação simples a que nos levou a segunda perspectiva acaba sendo incompleta e insatisfatória. Necessita-se então construir seu conceito, uma nova definição da Guerra Fria que seja adequada ao que ela foi de fato.

Deve-se começar perguntando pelos fatores que determinaram aquela visão e vivência ideológica da Guerra Fria, tal como nos apareciam na primeira perspectiva. Trata-se de superar o caráter irreal do fenômeno ideológico interrogando-o a partir de elementos que no nível da infra-estrutura econômica possibilitaram e determinaram sua aparição na história, embora por sua natureza tenha sido tão somente algo vigente na superestrutura ideológica. Esta é uma perspectiva assumida também pelo olhar que se situa no presente, mas o presente em seu caráter evanescente, que carece de fixidez e se resolve continuamente no futuro. É nessa perspectiva que o historiador se aproxima mais dos requerimentos da práxis, porque o exame do passado feito desde o tempo atual revela as tendências ainda atuantes, que apontam o rumo e os desafios do próximo futuro.

A questão que pode servir de ponto de partida para expor os resultados dessa perspectiva superadora refere-se à conclusão da Guerra Fria, que antes foi aceita sem muitos questionamentos, haja vista que é unânime a opinião de que “já não há” Guerra Fria e que, portanto, esta terminou. Continuam existindo países socialistas ou de “socialismo real”. Estão aí Cuba, Vietnã, Coreia do Norte e China. Essas nações concentram mais de 20% da humanidade. Por que, então, não continua havendo Guerra Fria? O fato de terem evoluído para um capitalismo de Estado não resolve a questão. Qual é a diferença entre a URSS e seus antigos países-satélites?

Enquanto Lênin compreendia que o futuro da Rússia soviética dependia da recuperação da vinculação de sua economia com a mundial, Stálin escolhia a autarquia como eixo de sua política econômica. A crise mundial de 1929 reforçou essa inclinação. Durante trinta anos a URSS se isolou economicamente do resto do mundo, num movimento defensivo próprio de Stálin. Este preferia não “contaminar” seu país com as influências que o contato com a economia mundial capitalista pudessem gerar. Por trás da agressividade do discurso stalinista se escondiam o temor e a debilidade ideológica. Era uma estratégia contrária ao espírito e à letra dos estudos de Marx. Supunha a tentativa de saltar da história econômica da humanidade, de construir um mundo à parte, à margem do mundo real, que no século XX já era o mundo da globalização. Após a Segunda Guerra Mundial, a constituição do Comecon e do Come supunha uma autarquia ampliada, era agora um grupo de países, os da Europa do Leste, o que junto com a União Soviética tentava construir seu próprio mundo, de costas para o mundo da economia global.

A chave econômica que determinou o fracasso e a *débâcle* do modelo soviético está, no meu entender, nessas três décadas de política autárquica que guardava correspondência com a equivocada tese do “socialismo num só país”. Eric Hobsbawm, pelo contrário, considera que “paradoxalmente” foi a coexistência pacífica e sua abertura (em todo caso, tímida e insuficiente) ao Ocidente o que precipitou o desmoronamento da União Soviética. Parece-me que é uma interpretação errada, suspeitamente afinada com o stalinismo e que pode levar a perigosas consequências políticas. Nem o caminho do desenvolvimento nem o do socialismo podem ser empreendidos mediante uma postura de isolamento, que vai contra a lógica do progresso e da história mesma. Tentar saltar fora do sistema mundial é como querer saltar fora da história. Neste planeta isso já não é possível.

A China, em vez disso, empreendeu, desde a morte de Mao, em 1975, o caminho contrário. Não só havia rompido há quase vinte anos a unidade do campo socialista -- o que punha a perder a imagem de dois mundos contrapostos mantida pela ideologia da Guerra Fria --, mas estava então a ponto de, a partir da política “das quatro modernizações” de Deng Xiao-ping, criar as condições para recuperar os laços com a economia mundial e ser mais um ator na cena econômica internacional. Após quinze anos de negociações conseguiu, no final de 2000, ser admitida, em votação unânime, como o 143º membro da Organização Mundial de Comércio. Tampouco o mundo podia prescindir de 20% da humanidade.

Em consequência, cabe considerar que a motivação principal do processo de Guerra Fria foi que o isolamento econômico de uma série de países que se subtraíam à rede globalizadora era inadmissível para o sistema mundial capitalista e para sua potência hegemônica imperialista. A confrontação requereu uma construção ideológica que a sustentasse e lhe desse poder, e a Guerra Fria serviu para isso. Retificada aquela postura de autarquia por parte do “socialismo real”, o anticomunismo e a Guerra Fria se tornam obsoletos como recursos ideológicos e são declarados superados e sem vigência. Ninguém no Ocidente entende como um problema o fato de a China persistir em seu socialismo -- cada vez mais claramente capitalismo de Estado, com abertura a uma economia mista semelhante a NEP impulsionada por Lênin -- já que o que é decisivo é a possibilidade de se fazer negócios com o gigante demográfico e econômico. A China interessa como um enorme mercado potencial e também como a feitoria que já inunda o mercado mundial com seus produtos. Interessa pelas inversões que admite em empresas mistas, sob controle estatal; e a China, por sua vez, está interessada nessas inversões e nas transferências tecnológicas que comportam. Também a China investe boa parte de suas gigantescas reservas de divisas nas economias ocidentais, e a interrelação e a dependência mútua que daí derivam, tendem a acelerar o processo de globalização. Os especialistas apontam que a China terá sobrepujado a grandeza da economia estadunidense em meados do presente século. Há competição e rivalidade, mas são do mesmo caráter que as dos Estados Unidos com outros competidores mundiais, como a União Européia ou Japão, o que não contradiz o fato de serem ao mesmo tempo sócios e aliados econômicos.

Em consequência, a retificação da política do “socialismo real”, a que aderiram também Vietnã, Cuba e Coréia do Norte, permitiu a superação real e histórica da Guerra Fria. A globalização a dissolveu. Podem surgir no futuro guerras comerciais ou por recursos estratégicos, como o petróleo, mas o espectro da Guerra Fria está morto e enterrado. O terrorismo e a estratégia imperial de “guerra ao terrorismo” veio substituir, desde o início do século XXI, o papel que a Guerra Fria jogou antes, como recurso ideológico para manter viva a corrida armamentista e a atividade do consórcio militar-industrial, tão importante para a boa saúde da economia estadunidense. A hegemonia norte-americana, posta em perigo pelas tendências econômicas e por sua própria decadência, e também o imperialismo como estratégia nessa fase do desenvolvimento capitalista, constituem, junto à globalização, o legado do século XX a nossa centúria. Marcarão a nossa história.

Recebido em 10 de dezembro de 2011

Aprovado em 15 de abril de 2012

